cies _ iscte
e-Working Paper

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR
CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL

SUSANA DIAS

Nº 253/2026

CIES e-Working Papers
Av. das Forças Armadas, Edifício CVTT, 1649-026 LISBOA,
PORTUGAL cies@iscte-iul.pt

E-Working Paper | Número 253/2026

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL

SUSANA DIAS

cies _ iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Lisboa | julho 2026

© Susana Dias, 2026

Susana Dias
Qualidade de vida e bem-estar: convergências, divergências e delimitação conceptual

Primeira publicação: julho de 2026

ISSN: 1647-0893

Conselho editorial:
Sandra Palma Saleiro (coordenadora)
Ana Margarida Barroso
Jorge Vieira
Nuno de Almeida Alves
Rita Cachado
Rosário Mauritti

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Composição em carateres Futura, 12

Propriedade do título: CIES-Iscte

Correspondência:
CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 21 046 4018
E-mail: cies@iscte-iul.pt

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL

Susana Dias

Susana Dias é doutoranda em Sociologia no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, com bolsa de investigação de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. 2022.11231.BDANA). Concluiu o Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência, na mesma instituição universitária. Tem participado em projetos e desenvolvido trabalhos sobre qualidade de vida e bem-estar, trabalho e migração interna.
E-mail: smcds@iscte-iul.pt

Resumo O presente trabalho tem como objetivo clarificar os contornos conceptuais da qualidade de vida e do bem-estar, dois conceitos frequentemente utilizados de forma intercambiável, mas que carecem de delimitação conceptual clara na sua aplicação científica. Para tal, foi realizada uma revisão da literatura, procurando identificar diferentes definições, usos disciplinares e metodológicos associados a cada conceito. A análise permitiu compreender a qualidade de vida como um constructo multidimensional, dinâmico e contextual, que integra simultaneamente indicadores objetivos e subjetivos, aplicável tanto ao plano individual como coletivo. A sua essência reside na articulação equilibrada entre diferentes dimensões, evitando reduções a dimensões únicas ou a meras somas de indicadores. O bem-estar, por sua vez, assume igualmente uma natureza multidimensional e transdisciplinar, podendo remeter tanto para um conceito geral — próximo da qualidade de vida — como para dimensões específicas, como o bem-estar físico, psicológico ou económico. A clarificação conceptual destes constructos revela-se, assim, imprescindível para fundamentar a escolha do enquadramento a privilegiar em investigações futuras e para orientar, de forma consistente, a definição do rumo da investigação que se pretende realizar..

Palavras-chave: agenda "Além do PIB"; bem-estar; qualidade de vida.

Abstract The present work aims to clarify the conceptual boundaries of quality of life and well-being, two concepts often used interchangeably, yet lacking clear conceptual delimitation in their scientific application. To this end, a literature review was conducted to identify different definitions, as well as disciplinary and methodological uses associated with each concept. The analysis allowed for an understanding of quality of life as a multidimensional, dynamic, and contextual construct that simultaneously integrates objective and subjective indicators, applicable at both individual and collective levels. Its essence lies in the balanced articulation among different dimensions, avoiding reductions to single dimensions or mere aggregations of indicators. Well-being, in turn, also assumes a multidimensional and transdisciplinary nature, referring either to a general concept — closely related to quality of life — or to specific dimensions such as physical, psychological, or economic. Clarifying these constructs is therefore essential for establishing a solid conceptual basis on which to choose the most appropriate framework for future research and to provide consistent guidance for defining the direction of subsequent investigations..

Keywords: beyond GDP agenda; quality of life; well-being.

Introdução

No presente trabalho a conceptualização dos territórios é entendida como o resultado de construções sociais que articulam de forma dinâmica populações, práticas sociais e sistemas de oportunidades, materiais e simbólicas, que ligam o espaço e a sociedade (Storey, 2020).

A compreensão sociológica dos territórios exige considerar o espaço não como um dado neutro ou apenas físico, mas como um produto social. A partir da obra *The Production of Space,* Lefebvre (1991) defende que o espaço é produzido por relações sociais e práticas quotidianas, sendo simultaneamente "ferramenta de pensamento e de ação" (p. 26). Lefebvre propõe que o espaço social se compreende através de três dimensões: o espaço percebido, tal como é apreendido através dos sentidos, ligado às práticas espaciais; o espaço concebido ou planeado de forma normativa como espaço neutro, intelectualmente elaborado por urbanistas, políticos e outros profissionais; o espaço vivido, carregado de significados afetivos e sociais. Nesta orientação, a caracterização da qualidade de vida e bem-estar nos municípios portugueses não deve limitar-se a indicadores materiais ou económicos, nem tão pouco cingir-se a dados objetivos, pois existe o risco de o espaço concebido pelas estatísticas poder divergir do espaço vivido pelas populações. Torna-se, portanto, fundamental compreender o território como produto das relações sociais que o constituem.

Também Massey (2005), na obra *For Space*, propõe uma reconfiguração do conceito de espaço. A autora argumenta que o espaço é relacional, dinâmico e político, devendo ser entendido como uma arena de

coexistência de múltiplas histórias e identidades em constante produção. Ignorar tais características do espaço, conduz a narrativas únicas, dominantes e excludentes. Aplicando esta perspetiva à realidade regional, os territórios são concebidos não como unidades homogéneas e fechadas sobre si mesmas, mas como espaços em fluxo, marcados por mobilidades, interdependências e desigualdades internas. Este enquadramento leva-nos a questionar a necessidade de auscultar a pluralidade de vozes, percursos e posições sociais que coexistem em cada território, muitas vezes de forma impercetível nas estatísticas convencionais.

Noutra vertente, Sen (1999) propõe uma reconceptualização do desenvolvimento, deslocando o foco do acesso a bens primários para a efetiva avaliação das liberdades e capacidades de cada sujeito para promover os seus próprios fins. O autor defende que o foco deverá estar nas capacidades reais das pessoas para levarem o tipo de vida que valorizam. O desenvolvimento passa pelo aumento das oportunidades efetivas (liberdades) das pessoas para escolher e agir, incluindo a liberdade política, o acesso a educação e saúde, a segurança económica, a liberdade social, entre outras. Esta perspetiva fundamenta a relevância de uma análise integrada e contextualizada das atividades económicas, sociais e políticas, envolvendo uma variedade de instituições e muitas agências interativas. Nesse quadro, Sen distingue entre "funcionamentos" — aquilo que uma pessoa consegue efetivamente ser ou fazer — e "capacidades", entendidas como o leque de oportunidades situacionais e institucionais para alcançar esses funcionamentos. Tal como o autor argumenta, "O desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de privações de liberdade que deixam as pessoas com pouca escolha e pouca oportunidade de exercer a sua agência fundamentada" (p. xii). Aplicada aos territórios, esta abordagem implica reconhecer que as condições e recursos específicos de cada território são relevantes nas condições de vida e de bem-estar das suas populações.

Assim, a articulação destas perspetivas conduz a uma visão integrada dos territórios enquanto construções sociais dinâmicas, atravessadas

por práticas sociais, relações de poder e significados, mas também enquanto condição estruturante das liberdades, funcionamentos e capacidades para as populações que neles vivem. O território não é apenas o cenário onde a vida decorre, mas um fator da configuração das capacidades efetivas de cada indivíduo. Esta compreensão reforça a ideia de que as desigualdades territoriais não se traduzem apenas em diferenças económicas, mas também em distintas possibilidades de qualidade de vida e de bem-estar. Os serviços, recursos e oportunidades que os territórios oferecem e a forma como atuam em prol da qualidade de vida das populações são percecionados subjetivamente pelos cidadãos, refletindo-se quer nas condições de vida, quer nas apreciações que fazem do seu bem-estar, e ainda nas suas orientações valorativas (Mauritti *et al.*, 2022).

Se o território é entendido como contexto significativo de mediação da qualidade de vida e do bem-estar, então impõe-se a questão de como tornar tal relação empiricamente apreensível. Contudo, a ausência de fronteiras conceptuais nítidas entre qualidade de vida e de bem-estar torna necessária uma reflexão prévia sobre a sua delimitação. Antes de avançar no percurso da investigação, impõe-se, portanto, um exercício de clarificação conceptual que permita distinguir aproximações e distinções entre ambos, conduzindo, em última instância, à opção por aquele que servirá de referência para uma operacionalização em trabalhos futuros. Nesse sentido, os capítulos seguintes assumem como propósito central a revisão da literatura em torno destes conceitos, culminando na explicitação do quadro conceptual que orientará os desenvolvimentos subsequentes da investigação.

Agenda "Além do PIB": da crítica ao Produto Interno Bruto (PIB) à centralidade da Qualidade de Vida e do Bem-Estar

Antes de se proceder à clarificação dos conceitos de qualidade de vida e de bem-estar, é imprescindível introduzir um quadro de reflexão que tem acompanhado estes debates: a discussão em torno da agenda "além do

PIB" (agenda conhecida internacionalmente como "*Beyond GDP*"). O surgimento desta perspetiva remonta a meados do século XX, tendo ganho destaque após o discurso do candidato à presidência dos EUA, Robert F. Kennedy, em 1968, no qual sublinhou as limitações do PIB como medida do progresso social. Nesse discurso, Kennedy denunciou a incapacidade do PIB para captar dimensões fundamentais da vida humana, ao afirmar que o indicador económico conta com elementos como a poluição, a criminalidade ou a destruição ambiental, mas não incorpora aspetos cruciais como a saúde das crianças, a qualidade da educação ou a felicidade quotidiana, concluindo que "mede tudo, em suma, exceto aquilo que faz a vida valer a pena" (Kennedy, 1968).

A crítica ao PIB enquanto métrica exclusiva de progresso humano e social baseia-se na constatação de que este indicador, apesar da sua relevância para medir o desempenho económico, é incapaz de refletir fatores determinantes do bem-estar humano e da sustentabilidade social e ambiental, assim como da experiência subjetiva. Esta discussão, embora não recente, conheceu um impulso renovado no início do século XXI. Em 2008, o governo francês instituiu a "Comissão sobre a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social", liderada por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, cujo relatório constituiu um marco central na agenda "além do PIB" (Comissão Europeia, 2024). Seguidamente, organizações internacionais como a OCDE (2011; 2024) e o Eurostat (2017) desenvolveram quadros conceptuais e indicadores multidimensionais, sublinhando a necessidade de complementar o PIB com métricas que integrem aspetos sociais, ambientais e subjetivos da experiência humana.

Uma das mensagens centrais desse relatório foi a necessidade de reorientar os sistemas de medição, deslocando a ênfase da produção económica para o bem-estar das pessoas (Stiglitz *et al.*, 2009: 12). É precisamente neste ponto que se situa o debate contemporâneo.

Holmes e Widuto (2025) documentaram a evolução do interesse por indicadores sociais e ambientais na União Europeia (UE) desde a adoção

da agenda"além do PIB", em 2007 e até 2021. Esta agenda representa uma mudança conceptual profunda, desafiando a visão tradicional da relação entre economia, sociedade e ambiente. Para uma União Europeia historicamente estruturada em torno da integração supranacional baseada no mercado, da lógica da competitividade económica e do crescimento do PIB, a proposta de ir "além do PIB" assume contornos particularmente radicais e, a concretizar-se, traduzir-se-ia numa alteração substancial no âmbito e no objetivo da própria UE (Holmes e Widuto, 2025).

Apesar da abundância de novos indicadores e do crescente interesse político e no debate público em torno dos mesmos, a literatura mostra que o seu impacto na tomada de decisões permaneceu limitado (Holmes e Widuto, 2025). Estes autores identificam duas barreiras principais à mudança: por um lado, a tendência para "evitar a política", orientando a reforma estatística para soluções tecnocráticas; por outro, as restrições impostas pelas próprias estruturas jurídicas da União Europeia, que condicionam as opções.

O percurso da agenda *Beyond GDP,* cuja discussão, embora iniciada há várias décadas e retomada com particular intensidade em 2007, continua a apresentar um desenvolvimento incipiente. Exemplo disso é o evento promovido pelo Parlamento Europeu em 2023, intitulado "Para além do crescimento: caminhos para a prosperidade sustentável na UE" (Parlamento Europeu, 2023), cujo objetivo central era discutir a importância do crescimento económico como objetivo político e desconstruir os pressupostos de que o PIB é o único meio de alcançar os objetivos da política económica. Este evento insere-se numa trajetória mais ampla de esforços da União Europeia para repensar a relação entre economia, sociedade e ambiente no desenho das políticas públicas, sublinhando o papel dos indicadores no processo político (Holmes e Widuto, 2025). Na mesma linha, em setembro de 2024, a Cimeira do Futuro reuniu líderes mundiais e resultou no "Pacto para o Futuro", cuja Ação 53 estabelece o compromisso de "desenvolver um quadro de medidas de progresso em matéria de desenvolvimento sustentável para complementar e ir além do produto

interno bruto" (Nações Unidas, 2024, p. 34). A inclusão deste compromisso em documentos oficiais de alcance mundial confirma que a agenda "além do PIB" continua a figurar entre as prioridades políticas internacionais, embora a sua consolidação prática permaneça ainda limitada.

Neste contexto, revela-se essencial proceder a uma análise crítica do que tem sido desenvolvido em matéria de índices e indicadores de qualidade de vida e de bem-estar, avaliando a sua relevância, atualidade e potencial de integração no contexto português. Todavia, antes de avançar nesse sentido, impõe-se uma clarificação e delimitação conceptual mais precisa destes dois conceitos, condição indispensável para a consolidação e o aprofundamento da investigação futura. É precisamente este exercício que se propõe desenvolver nos pontos subsequentes.

Qualidade de Vida

O conceito de qualidade de vida (QV) tem ganho centralidade nas últimas décadas, tanto no discurso científico como no debate político e social. Apesar da sua relevância crescente, permanece como um conceito complexo, multidimensional e marcado pela ausência de consenso (Hincks, 2023). Não existe uma definição única e universalmente aceite, mas sim um campo plural de abordagens, em que diferentes abordagens privilegiam dimensões distintas.

No final da década de 1960, aquando do surgimento do conceito de QV, os indicadores socioeconómicos eram os principais instrumentos utilizados para avaliar o progresso e o desenvolvimento dos indivíduos e populações (Santacreu e Fernández-Ballesteros, 2023). Com o tempo, porém, tornou-se evidente que tais medidas eram insuficientes para captar a complexidade da vida humana. Atualmente, a qualidade de vida é entendida como um conceito multidimensional, que integra componentes objetivos e subjetivos, podendo ser aplicada à escala individual, populacional, regional ou nacional. Apesar desse reconhecimento, persiste a dificuldade de alcançar um consenso quanto às dimensões que a compõem

dado que estas variam em função do contexto espacial, cultural, institucional e disciplinar em que o conceito é mobilizado (Long-Meek *et al.*, 2025; Hincks, 2023; Santacreu e Fernández-Ballesteros, 2023).

Embora o termo QV surja predominantemente em estudos relacionados com a saúde ou a psicologia, a sua presença é igualmente notável na Sociologia, sendo um conceito com uma presença de longa data nas ciências sociais (Long-Meek *et al.*, 2025). Em sociologia, a QV é normalmente utilizada para denotar um resultado positivo para um indivíduo ou sistema social, ou como métrica para outros resultados (Schuessler e Fisher, 1985). A sua compreensão envolve frequentemente medidas subjetivas e objetivas (Brandt *et al.*, 2022), assumindo uma natureza multidimensional (Long-Meek *et al.*, 2025). Todavia, subsistem abordagens na Sociologia que a interpretam exclusivamente numa ótica subjetiva. Veenhoven (2009; 2023b) concebe a qualidade de vida como um termo abrangente que engloba diferentes noções de uma vida boa, estabelecendo duas distinções fundamentais. A primeira é entre as *oportunidades* para uma vida boa e os *resultados* da vida. A segunda é entre as qualidades *externas* e *internas* da vida. No primeiro caso, a qualidade está no meio em que se vive; no segundo, está no indivíduo. Assim, quando o foco da qualidade de vida está nas oportunidades, é necessário considerar tanto as condições externas do ambiente — designadas por *habitabilidade* —, como as capacidades internas para as explorar — designadas por *habilidade de vida*. Quando o foco recai sobre os resultados, estes podem ser avaliados pelo seu valor para o ambiente (*utilidade da vida*) ou para o próprio indivíduo (*apreciação da vida*). Veenhoven sublinha que estas quatro dimensões estão relacionadas, mas não devem ser simplesmente somadas: não faz sentido agregar oportunidades e resultados, nem qualidades externas e internas. O que importa é a adequação entre condições externas e capacidades internas. Numa analogia com a biologia, defende que a felicidade pode ser entendida como um indicador da adaptação humana ao meio e de prosperidade: se as pessoas são felizes, isso significa que o ambiente é habitável e as capacidades individuais são

adequadas (Veenhoven, 2023b). O autor distingue ainda entre qualidade de vida individual (quão bem uma pessoa vive), entendida como sinónimo de bem-estar individual, e bem-estar do sistema social (a condição de um sistema ou nação). Sublinha, no entanto, que o bem-estar do sistema social não coincide necessariamente com o bem-estar ou qualidade de vida das pessoas. Uma nação pode estar bem, enquanto muitos dos seus cidadãos apresentam baixa qualidade de vida, ou o inverso (Veenhoven, 2023a). Também numa perspetiva inter-individual, Liao (2023) entende a qualidade de vida percebida como a forma como as pessoas avaliam subjetivamente a sua experiência de vida. Esta avaliação centra-se tanto na satisfação global com a vida e na felicidade, como na satisfação com domínios específicos, como o casamento, trabalho ou lazer. Para este autor, o uso combinado de medidas gerais e de domínios específicos da qualidade de vida constitui a melhor estratégia analítica, dadas as suas elevada intercorrelação e validade.

As medidas subjetivas de QV provêm principalmente da sociologia e da psicologia social, e parecem ter recebido maior atenção nestes campos (Schuessler e Fisher, 1985). Contudo, tais perspetivas, ao privilegiarem apenas a dimensão subjetiva, desconsideram as condições objetivas em que os sujeitos vivem, embora estas também determinem a qualidade de vida — como saúde, educação ou condições ambientais (Stiglitz *et al.*, 2018b) —, não sendo as apreciações individuais construídas de forma descontextualizada.

Apesar do enfoque sociológico deste trabalho, a investigação sobre QV é intrinsecamente interdisciplinar, envolvendo áreas como a economia, a psicologia e a ciência política. No campo da saúde, Upton e Upton (2015) descrevem-na como a satisfação de um indivíduo com todos os aspetos da vida, desde o físico ao social e psicológico, e influenciada pelo rendimento, ambiente social e físico, relações interpessoais e saúde, citando a definição de QV da OMS. A Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, 2012) define a qualidade de vida como "a perceção que os indivíduos têm da sua posição na vida, no contexto da

cultura e dos sistemas de valores em que vivem e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". Esta definição abrangente incorpora dimensões de saúde física, psicológicas, sociais e ambientais, sublinhando a importância da avaliação subjetiva inserida num dado contexto cultural, social e ambiental. Esta perspetiva orientou a elaboração do instrumento WHOQOL (World Health Organization, 2012), que reduziu a QV à avaliação subjetiva do indivíduo sobre o estado de saúde, o estado psicossocial e outros aspetos da vida. Rodrigues *et al.* (2020) enfatizam que a QV reflete o valor atribuído pelas pessoas à sua condição social e individual, num quadro em que as dimensões social, psicológica e física estão interligadas. Pereira *et al.* (2012), considerando a definição de QV da OMS, acrescentam que, sendo um conceito ético e subjetivo, deve ser sempre avaliado a partir da perceção do próprio indivíduo. Ao mesmo tempo, referem os conceitos mais aceites de qualidade de vida que procuram dar conta de uma multiplicidade de dimensões discutidas nas chamadas abordagens gerais ou holísticas, que não incluem apenas fatores relacionados com a saúde, como bem-estar físico, funcional, emocional e mental, mas também outros elementos importantes da vida das pessoas como trabalho, família, amigos, e outras circunstâncias do quotidiano, sempre atendendo à perceção individual. Em comum, estas abordagens atribuem particular ênfase à subjetividade. Para além disso, os elementos não diretamente ligados à saúde, anteriormente referidos como "outros elementos", são centrais na perspetiva sociológica, remetendo para a necessidade de considerar as condições objetivas de vida, mas também os sistemas de valores e orientações que moldam as perceções individuais.

Numa perspetiva económica, Rojas (2023) entende a QV como alternativa ao conceito de nível de vida, deslocando o foco para além do rendimento. Defende a necessidade de evitar a prática comum de definir um conceito com base na sua medição, sendo a ordem dos acontecimentos correta quando a medição segue a conceptualização. Propõe, nesse sentido, a distinção entre duas qualidades de vida: a qualidade de vida

interna (experiência de bem-estar) e a qualidade de vida externa (ações que contribuem para o bem-estar dos outros). Tal como Veenhoven (2023b), também Rojas (2023) argumenta que estas duas dimensões não devem ser somadas nem resumidas num único indicador "geral" de qualidade de vida. A qualidade de vida interna aponta para a medição da satisfação com a vida, bem como para a avaliação das experiências avaliativas, hedónicas e afetivas que as pessoas têm. A qualidade de vida externa aponta para o acompanhamento das ações que as pessoas realizam e que impactam a satisfação com a vida e as experiências de vida dos outros; por isso, é necessário medir o comportamento das pessoas em relação a ações como a produção de bens e serviços, o cuidado, a nutrição, a produção de bens relacionais, o voluntariado e o altruísmo, outras ações pró-sociais e a pegada ecológica. Assim, tal como Veenhoven (2023a), também em Rojas (2023) se verifica uma interligação conceptual entre bem-estar e qualidade de vida.

Na área do desenvolvimento humano e políticas públicas, Gasper (2007; 2010) entende a qualidade de vida como uma avaliação ou julgamento sobre os principais aspetos da vida ou de uma sociedade. Para este autor, o termo qualidade de vida é mais utilizado no âmbito coletivo, quando falamos de comunidades, localidades e sociedades. Cummins (2005), por sua vez, propõe uma conceptualização da QV integradora, baseada em quatro princípios: multidimensionalidade influenciada por fatores pessoais e ambientais e suas interações; mesma composição para todas as pessoas; composto por dimensões subjetivas e objetivas; e potenciada pela autodeterminação, recursos, propósito na vida e um sentimento de pertença. A qualidade de vida não deve ser definida "principalmente" em termos da sua componente objetiva ou subjetiva, dado que ambos são indicadores válidos de qualidade de vida. Para Cummins (2005), a qualidade de vida também não deve ser definida em termos de necessidades, dado que as necessidades são indicadores de défice. Do mesmo modo, a QV não deve ser definida em termos de "oportunidade" (Cummins, 2005). Enquanto Gasper se foca na dimensão avaliativa e

coletiva da QV, Cummins propõe uma visão abrangente e universalista, que combina dimensões objetivas e subjetivas, mas sem reduzi-la a necessidades ou oportunidades.

Enquanto Gasper (2010) refere a utilização do conceito de qualidade de vida mais utilizado no âmbito coletivo, outros autores referem a possibilidade de analisar a qualidade de vida em diferentes níveis de observação (Santacreu e Fernández-Ballesteros, 2024; Walther, 2024). Ao nível macro a unidade de avaliação são as populações e nações, em que as medidas são dados agregados. Ao nível meso, a unidade de avaliação é uma comunidade ou região específica. Por fim, ao nível micro, a unidade observada é o indivíduo, e as medidas podem ser agregadas ou desagregadas, dependendo dos objetivos do estudo (Santacreu e Fernández-Ballesteros, 2023). Esta diversidade de níveis de observação reflete o carácter multinível da QV, permitindo que diferentes disciplinas apliquem o conceito segundo os seus objetivos próprios (Santacreu e Fernández-Ballesteros, 2023).

Walther (2024) introduz a noção de qualidade de vida sustentável como o resultado de um alinhamento evolutivo entre dimensões individuais (expressos como aspirações, emoções, pensamentos e sensações) e dimensões coletivas (comunidades, países, planeta, representando, respetivamente, o meso, o macro e, acrescenta esta autora, o meta). Nesta perspetiva, o bem-estar individual é simultaneamente causa e consequência do bem-estar coletivo, sendo a QV o resultado que articula ambas as esferas. O florescimento humano e social são, assim, interdependentes, e o progresso sustentável requer uma visão holística que promova o bem comum. Assim, as condições ou componentes da qualidade de vida podem referir-se a sujeitos ou unidades, dependendo da disciplina de investigação e dos seus objetivos. Tal como Veenhoven (2023a) e Rojas (2023), também Walther (2024) utiliza aqui o conceito de bem-estar interligado com o de qualidade de vida.

As organizações internacionais desempenham igualmente um papel relevante na definição, mas principalmente, na operacionalização do

conceito de qualidade de vida. A OECD (2011) integra a QV enquanto um dos parâmetros que compõem o Quadro de Bem-estar, sendo a QV composta por oito dimensões, incluindo o estado de saúde, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, a qualidade ambiental ou o bem-estar subjetivo. O Eurostat (2017) defende que a QV é mais ampla que a produção económica e os padrões de vida, e inclui aquilo que considera serem todos os fatores que influenciam o que valorizamos na vida além do seu lado material. Ao nível nacional, o INE (2013) sublinha a articulação entre indicadores estatísticos de bem-estar e QV como um meio e um contributo para o estabelecimento de políticas públicas focadas nas motivações e métricas do bem-estar das pessoas e das nações, e da respetiva sustentabilidade.

Contudo, a diversidade de instrumentos de mensuração da qualidade de vida leva à necessidade de escrutínio metodológico. Hagerty *et al.* (2001), ao reverem 22 índices de QV, concluíram pela necessidade de uma terminologia padronizada para os domínios da QV. Além disso, alertam para o facto de nenhum dos índices distinguir entre os conceitos de input, throughput e *output* utilizados pelos analistas de políticas públicas, e cuja análise é importante quando se avaliam instrumentos de mensuração (Stiglitz *et al.*, 2018; Hagerty *et al.*, 2001). Nos índices analisados, concluíram serem necessários mais estudos de validade preditiva (sensibilidade) para mapear os caminhos causais que ligam as políticas públicas (variáveis de entrada) às escolhas dos cidadãos (resultados) e, por fim, aos resultados finais (bem-estar subjetivo, sobrevivência e contribuição para o património humano).

Santacreu e Fernández-Ballesteros (2023) destacam ainda que, ao longo dos últimos 50 anos, a QV desenvolveu-se amplamente como um conceito multidimensional, multinatureza e multinível. Contudo, nesse período, emergiram três lacunas na investigação sobre a QV. O reducionismo ou confusão conceptual, quando autores não realçam a importância da sua multidimensionalidade, e desenvolvem instrumentos que reduzem a QV a um dos seus domínios ou a confundem com eles (a saúde

no contexto biomédico e a felicidade no contexto socioeconómico); a subjetivação excessiva, reduzindo o conceito apenas à avaliação individual e subjetiva; e o reducionismo metodológico, ao privilegiar medidas de autorrelato, vulneráveis a enviesamentos não controlados. Estes problemas mostram a dificuldade em manter a coerência científica do conceito, que exige a articulação entre indicadores objetivos e subjetivos, sem reduzir a QV a um só domínio ou variável.

A literatura evidencia uma relação estreita, mas não totalmente sobreponível, entre qualidade de vida e bem-estar. Em alguns contextos, os termos são usados de forma intercambiável (p.e., Glatzer, 2015), mas em outros assume-se uma distinção clara (p.e., Gasper, 2007). Tal como refere Glatzer (2015), estes conceitos são frequentemente mobilizados para analisar as estruturas da sociedade mundial em evolução. Na literatura, qualidade de vida é muitas vezes utilizada no sentido de bem-estar, e bem-estar no sentido de qualidade de vida. Desenvolvidos no século passado, ambos se afirmaram como objetivos centrais para o século XXI, embora existam múltiplas definições — tanto no plano dos objetivos e modelos sociais, como nos dispositivos e critérios de medição. A sua relevância política decorre do papel que desempenham na definição de novos rumos para a histórica luta da humanidade pelo progresso. Ao enfatizarem modelos positivos da sociedade, exigem também a construção de uma base de valores que sustente a ideia de "boa sociedade".

Bem estar

O conceito de bem-estar tem suscitado um interesse crescente na investigação científica nas últimas décadas. Este interesse tem resultado num aumento da produção académica, acompanhado por uma maior proliferação conceptual. Esta proliferação manifesta-se, por um lado, na utilização de termos como qualidade de vida, felicidade, bem-estar subjetivo, bem-estar hedónico, satisfação com a vida ou bem-estar psicológico como sinónimos de bem-estar, ainda que não o sejam. Por outro lado,

tem também impulsionado a proposta de múltiplas dimensões constitutivas do bem-estar multidimensional, refletindo a diversidade de perspetivas teóricas e metodológicas presentes na literatura (Jayawickreme *et al.*, 2012).

O bem-estar tem sido caracterizado como um conceito abstrato e, tal como acontece com a qualidade de vida, descrito como "ambíguo" e "nebuloso" (Galloway *et al.*, 2006, p. 10). Tal como acontece no conceito de qualidade de vida, a sua aplicação em domínios tão diversos como a sociologia, economia e saúde ajuda a explicar a persistente ausência de consenso sobre a sua definição (Upton e Upton, 2015). Ainda assim, nas últimas décadas, tem-se observado um movimento no sentido da sua maior precisão conceptual (Zhang *et al.*, 2024). A diversidade de usos é particularmente visível na proximidade com outros conceitos, sobretudo com a qualidade de vida, relação que a literatura reconhece como alguma interdependência, mas que exige uma distinção clara para evitar sobreposições indevidas (Lin, 2022; Upton e Upton, 2015; Gasper, 2010).

Revisões sistemáticas recentes reforçam esta diversidade de perspetivas, ao mostrarem tanto a multiplicidade de instrumentos de medição como a variedade de significados atribuídos ao bem-estar. Zhang e colegas (2024), analisando 107 artigos publicados entre 2003 e 2022 e abrangendo 47 países, 29 dos quais ocidentais, identificaram 69 escalas diferentes utilizadas para medir o bem-estar. As escalas variavam consideravelmente em número de dimensões (entre uma e catorze), revelando a multiplicidade de interpretações e operacionalizações do conceito. Tendo em conta os resultados desta revisão sistemática, os autores propuseram quatro dimensões centrais para a mensuração do bem-estar: hedónica, que enfatiza o sentimento de bem-estar, quer esteja relacionado com experiências agradáveis que ocorreram no passado, presente ou futuro; eudaimónica, relacionada com o funcionamento psicológico positivo e a auto-realização de um indivíduo; saúde física, que se centra na satisfação geral da qualidade de vida relacionada com a saúde, e incluindo a qualidade do sono e o estado de saúde; e felicidade genérica, como avaliação

global de bem-estar. Os autores sublinham, contudo, que nenhuma destas dimensões, isoladamente, é suficiente para captar o bem-estar geral, sendo este um constructo necessariamente integrador. A revisão sistemática de Sollis e colegas (2021), com base em 121 estudos participativos, demonstraram que o bem-estar é frequentemente conceptualizado pela população-alvo através de múltiplos domínios, refletindo as respostas à questão "O que significa para si o bem-estar?". É importante referir que, nas diversas questões de investigação voltadas para a compreensão dos significados de uma vida boa ou de bem-estar, os termos mais utilizados nos estudos foram "qualidade de vida", "boa vida", "felicidade", "bem-estar", "aspetos importantes da vida" e "*wellness*", demonstrando a diversidade de termos utilizados de forma intercambiável com o bem-estar. Os resultados permitiram identificar 30 dimensões, sendo as mais comuns as relações familiares (mencionadas em 90% dos estudos), outros relacionamentos (90%), bem-estar emocional (87%), saúde física (83%), segurança financeira e dinheiro (71%), recreação e lazer (70%) e comunidade e pertença (67%), sendo estas as dimensões mais comummente notadas como importantes para uma vida boa em muitas comunidades incluídas na revisão. As áreas mais recentes de bem-estar, como a ligação à cultura (9%), a mobilidade (17%), o envolvimento cívico (23%), as aspirações para o futuro (23%), a identidade e o autoconceito (25%) e o sentido de propósito e significado (27%) são mencionadas com menos frequência, mas são relatadas num número considerável de estudos. Os resultados demonstram ainda que embora existam semelhanças no que é importante para as pessoas de todo o mundo, a grande maioria dos estudos também inclui áreas de bem-estar mais inovadoras. Além disso, os resultados deste estudo demonstram que todos os estudos identificaram entre 6 e 26 áreas de bem-estar, sugerindo que o bem-estar é considerado pelos indivíduos e pelas comunidades como marcadamente multidimensional. Este trabalho reforça que, embora exista um núcleo de aspetos amplamente partilhados, a conceptualização do bem-estar é também marcada por variações culturais, sociais e demográficas, sendo inevitavelmente multidimensional.

No plano teórico, Gasper (2007) defende que o conceito de bem-estar é, à semelhança da qualidade de vida, uma abstração usada para se referir à qualidade de qualquer um dos muitos aspetos valorizados da vida. Contudo, para este autor, o termo "bem-estar" tende a ser mais utilizado no plano individual e para referir à experiência real, enquanto "qualidade de vida" tende a surgir no plano comunitário, local ou societal, para se referir ao contexto e ao ambiente (Gasper, 2010). Para Gasper, ambos os conceitos devem ser entendidos como julgamentos avaliativos que abrangem múltiplos aspetos da vida, que abrangem muitos conceitos possíveis. Para Veenhoven (2013), o termo "bem-estar" é utilizado para designar a qualidade de vida como um todo e para avaliar aspetos da vida, tais como as condições de habitação ou as oportunidades de emprego. Da mesma forma, a expressão "qualidade de vida" refere-se, em alguns contextos, à qualidade da sociedade e, noutros, à felicidade dos seus cidadãos. Segundo Veenhoven, há uma tendência para que as conotações destes termos se tornem mais específicas e múltiplas ao longo do tempo, o que se confirma na atual proliferação de tipos de bem-estar (hedónico, subjetivo, etc.). Propõe, tal como na avaliação da qualidade de vida, um modelo de avaliação do bem-estar baseado em quatro perspetivas (oportunidades internas/externas e resultados internos/externos), que combinadas permitem diferentes leituras do bem-estar (Veenhoven, 2013; 2009). Os psicólogos Upton e Upton (2015) descrevem o bem-estar como um estado subjetivo e holístico, associado a sentimentos positivos (energia, confiança, calma, prazer, afeto), enfatizando que é a avaliação emocional de um indivíduo à sua vida. Estes autores defendem uma relação dinâmica e interdependente entre qualidade de vida e bem-estar. Diener *et al*. (1997) conceptualizam, neste caso, o bem-estar subjetivo, como uma combinação entre satisfação com a vida, frequência de emoções positivas e ausência de emoções negativas. Estas definições, embora com denominações diferentes, reforçam a ligação entre bem-estar e experiência individual e emocional, em contraste com outras abordagens com foco mais societal e contextual.

As instituições internacionais também têm contribuído para a definição e sedimentação do conceito. A OCDE (2011) enfatiza que o bem-estar requer analisar uma multiplicidade de contextos de participação social relevantes na experiência social das populações. Embora não exista uma definição única, há relativo consenso entre especialistas e pessoas comuns em todo o mundo que o bem-estar requer a satisfação de necessidades humanas, a capacidade de perseguir os seus objetivos, prosperar e sentir-se satisfeito com a sua vida, defendendo um quadro abrangente de dimensões para a sua avaliação, que vão desde a saúde, educação ou o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Ao nível nacional, o Instituto Nacional de Estatística também adota o bem-estar enquanto "presença do melhor padrão de qualidade de vida no sentido mais amplo do termo" (INE, 2017), definido e mensurado em linha com as recomendações internacionais (Stiglitz *et al.*, 2018a; Stiglitz *et al.*, 2018b; Stiglitz *et al.*, 2009). Faz ainda a ressalva de que no conceito adotado, o bem-estar não é equivalente ao bem-estar subjetivo, ainda que este último influencie o primeiro. A Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2021: 10), por sua vez, conceptualiza o bem-estar como um estado positivo experimentado por indivíduos e sociedades. Semelhante à saúde, é um recurso para a vida quotidiana e é determinado por condições sociais, económicas e ambientais, abrangendo a qualidade de vida. Relaciona, assim, o conceito de bem-estar com a capacidade das pessoas e das sociedades de contribuírem para o mundo de acordo com um sentido de significado e propósito, resiliência, equidade, prosperidade e sustentabilidade. Já a Comissão Europeia tende a associar o bem-estar sobretudo à saúde e à saúde mental, o que se evidencia em iniciativas como a *EU-Compass for Action on Mental Health and Well-being* ou a *Wellbeing at School*. Esta orientação pode ser explicada pelo enquadramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em que o terceiro objetivo estabelece a meta de "Garantir saúde e bem-estar para todos" (ONU, 2015), promovendo assim uma ligação direta entre bem-estar e saúde. Considerando que o desenvolvimento

sustentável constitui um princípio estruturante do Tratado da União Europeia e um objetivo prioritário das suas políticas internas e externas (União Europeia, 2016), a ênfase colocada nesta associação revela-se coerente tanto com os ODS como com os princípios fundamentais da própria União Europeia.

Nos últimos anos, vários países da OCDE têm integrado abordagens de bem-estar nas práticas governamentais, revelando um consenso emergente sobre os principais componentes de "uma vida boa" (Brandt *et al.*, 2022). Embora não exista uma definição única de bem-estar, as diferentes iniciativas nacionais resumidas por Brandt et al. (2022) apresentam traços comuns, sendo um resultado particularmente encorajador, dado que cerca de metade das iniciativas foram acompanhadas por consultas públicas de grande escala para fundamentar as suas estruturas na experiência vivida e perguntar aos próprios cidadãos quais consideram os aspetos mais importantes das suas vidas. Os diferentes instrumentos analisados por Brandt *et al.* (2022) têm características comuns, como dar prioridade aos resultados finais (ex. estado de saúde das pessoas) em vez de aos recursos investidos (ex. despesa nacional em saúde), e de reconhecerem a natureza multidimensional do bem-estar, abrangendo tanto condições materiais (rendimento, habitação, trabalho), como fatores de qualidade de vida (saúde, segurança, relações sociais). Estes instrumentos também se centram na experiência vivida das pessoas, combinando indicadores objetivos com dados subjetivos, como forma de complementar dados concretos sobre as condições de vida. Dão ainda atenção à distribuição do bem-estar e à sua sustentabilidade ao longo do tempo. Quanto à medição, algumas iniciativas optam por um índice único, mais simples de comunicar e de "competir" com o PIB, enquanto a maioria adota painéis de indicadores, considerados mais adequados para refletir a complexidade do bem-estar e as desigualdades existentes. No conjunto, Brandt *et al.* (2022) concluem que medir e monitorizar o bem-estar de forma regular é um passo essencial para compreender se a vida das pessoas está a melhorar ou a piorar, bem como para identificar para quem.

O'Connor (2024), defende que o progresso social deve ser entendido sobretudo como um aumento do bem-estar, com destaque para a sua dimensão subjetiva, sendo uma medida fiável e válida, sustentada por diversas evidências, e que tem ganho centralidade nos países da OCDE. O'Connor defende que o progresso social deve ser avaliado, em primeiro lugar, através do bem-estar subjetivo, complementado por um conjunto restrito de indicadores adicionais. Estes indicadores permitem acompanhar metas sociais de carácter prospetivo que dificilmente são captadas pelas medidas de bem-estar subjetivo. Contudo, para este autor, a sua centralidade é inegável.

De forma convergente, Chkoniya (2023) sublinha que o bem-estar subjetivo constitui uma avaliação global da qualidade de vida realizada a partir da perspetiva individual, sustentada na premissa de que cada pessoa é quem melhor pode determinar se está feliz. Embora relacionado com a qualidade de vida subjetiva, o bem-estar subjetivo não é idêntico a esta, uma vez que, apesar de ambos os conceitos remeterem para experiências, capacidades, estados, comportamentos, avaliações e reações emocionais perante as circunstâncias, assentam em fundamentos teóricos distintos e requerem escolhas metodológicas específicas e rigorosas para a sua medição (Chkoniya, 2023). Tal como O'Connor defende, também Chkoniya argumenta que o bem-estar constitui um valor essencial para a vida humana e pode ser considerado um índice de progresso social. O bem-estar geral pode ser avaliado a partir de duas abordagens principais: a objetiva, baseada em indicadores mensuráveis como rendimento e bens materiais, e a subjetiva, centrada em avaliações cognitivas e emocionais que o indivíduo faz da sua própria vida. A insuficiência dos indicadores puramente objetivos para prever o bem-estar levou vários economistas a defender a necessidade de adotar medidas multidimensionais de carácter subjetivo, como o bem-estar subjetivo.

Para Lee *et al.* (2021), o bem-estar constitui um conceito amplo e intrinsecamente desafiante, na medida em que a sensação de bem-estar é

influenciada por fatores psicológicos, físicos, sociais e até teológicos. A medição deste constructo revela-se particularmente complexa, pois diferentes culturas, contextos sociais e perspetivas individuais atribuem-lhe significados diversos, dificultando não só a monitorização consistente ao longo do tempo, como também a identificação rigorosa dos antecedentes e consequentes do bem-estar. Tal como Chkoniya (2023), Lee e colegas distinguem entre duas facetas fundamentais: o bem-estar subjetivo, entendido como a autoavaliação global que cada indivíduo faz de todos os aspetos da sua vida, e o bem-estar objetivo, associado a circunstâncias sociais captadas por indicadores materiais, tangíveis e quantitativos. Mesmo quando se considera apenas a dimensão subjetiva, identificam-se múltiplos domínios relevantes, como a satisfação com a vida, a presença de afeto positivo, a ausência de afeto negativo, o sentido de propósito, a qualidade das relações, o crescimento pessoal, o otimismo, o envolvimento, a mestria e a autonomia (Lee *et al.*, 2021). Embora as dimensões objetivas sejam reconhecidas como fundamentais para o bem-estar, a sua inclusão como domínios constitutivos do bem-estar pode contribuir para a confusão conceptual devido à confusão entre preditores e resultados. É neste sentido que se recomenda a distinção entre a avaliação das condições de vida objetivas e as avaliações subjetivas da vida, felicidade e satisfação (Lee *et al.*, 2021).

De forma geral, a análise das diferentes perspetivas evidencia que o conceito de bem-estar permanece em evolução, refletindo a diversidade de enquadramentos teóricos e metodológicos. Trata-se de um constructo transdisciplinar, apropriado por múltiplos domínios do conhecimento e caracterizado por definições e usos diferenciados. Apesar de persistirem ambiguidades e sobreposições com noções próximas, como a qualidade de vida, felicidade ou satisfação com a vida, observa-se um esforço crescente de clarificação conceptual. Embora frequentemente descrito como abstrato, genérico e de difícil mensuração, o bem-estar tende, nas abordagens mais recentes, a assumir contornos mais específicos e consensuais. Existe, assim, uma convergência no reconhecimento da sua natureza

multidimensional, que requer uma abordagem integradora capaz de articular dimensões objetivas e subjetivas.

Discussão

A ausência de definições claras e consensuais para os conceitos de qualidade de vida e de bem-estar na literatura científica para uma escolha fundamentada de qual destes conceitos privilegiar em trabalhos futuros levou à necessidade de explicitar, no nosso entendimento, os contornos de cada conceito, com vista a sustentar investigações subsequentes. Muitos estudos empregam estes termos sem os definir ou distinguir claramente, resultando em confusão teórica e dificuldades na comparação de resultados (Long-Meek *et al.*, 2025).

A revisão da literatura realizada leva-nos a conceber a qualidade de vida como um conceito multidimensional, dinâmico e contextual, que integra de forma articulada componentes objetivas e subjetivas, aplicável tanto à escala individual como coletiva. Enquanto conceito abrangente, a qualidade de vida deve refletir as diversas dimensões que influenciam a vida das pessoas, ponderadas em função da sua relevância. Não deve, por conseguinte, ser reduzida a uma única dimensão — económica, social, ambiental ou outra — sob pena de se comprometer a complexidade do conceito. De igual modo, rejeita-se a sua definição como mera soma ou agregação de dimensões, dado que a essência da qualidade de vida reside na articulação e adequação entre dimensões distintas, e não na sua justaposição. Além disso, este conceito não se deve limitar a dimensões objetivamente mensuráveis, devendo também integrar as perceções e avaliações subjetivas dos indivíduos. Reconhece-se, ainda, a pertinência da sua aplicação em diferentes escalas de observação — individual, comunitária, regional, nacional ou global — exigindo sempre atenção às especificidades contextuais e culturais. Assim, a qualidade de vida configura-se como um dos objetivos centrais da existência humana. Os indicadores de QV, neste sentido, devem ser

compreendidos como instrumentos orientadores que possibilitam a aproximação ao objetivo maior de promover uma "vida boa" em sociedade. Os índices de QV não devem ser entendidos como um fim em si mesmos, mas como instrumentos de análise e debate, que permitam fomentar a reflexão sobre as condições necessárias à construção de uma "vida boa" para a sociedade.

No que respeita ao conceito de bem-estar, o presente trabalho procurou a sua delimitação conceptual numa aceção ampla, referido também como bem-estar multidimensional, bem-estar global ou bem-estar geral, sendo o conceito geral que engloba todas as outras áreas do bem-estar (Zhang *et al.*, 2024). É esta aceção abrangente que se pretendia clarificar neste trabalho.

A literatura evidencia que, embora por vezes utilizado como sinónimo de qualidade de vida ou bem-estar subjetivo, o bem-estar geral deverá ser entendido como um constructo autónomo, cuja aplicação exige clareza conceptual.

No nosso entendimento, o bem-estar geral é necessariamente multidimensional, contemplando simultaneamente dimensões objetivas e subjetivas. Desta forma, o bem-estar não pode ser reduzido a uma dimensão ou métrica única, uma vez que os indivíduos e as comunidades o conceptualizam de forma plural (Sollis *et al.*, 2021). A sua operacionalização requer, no entanto, adaptações às especificidades culturais e contextuais de cada aplicação.

Tal como sucede com o conceito de qualidade de vida, o bem-estar assume ainda uma natureza transdisciplinar, apropriada por diferentes campos do conhecimento — da sociologia à psicologia, da economia à saúde pública — cada um deles enfatizando dimensões distintas. Além disso, pode ser analisado em diferentes escalas, do nível individual ao nível coletivo. Esta polissemia reforça a necessidade de que, em qualquer trabalho científico, o conceito seja cuidadosamente delimitado, explicitando o enquadramento teórico adotado, de modo a evitar ambiguidades conceptuais e interpretações incorretas.

Um exemplo elucidativo desta diversidade conceptual encontra-se nas distintas propostas de definição de bem-estar. Num estudo empírico, Mauritti *et al*. (2022) operacionalizam o conceito de "bem-estar" através de uma composição multidimensional, com o objetivo de analisar as perceções e experiências de bem-estar a nível municipal. Já o *Centers for Disease Control and Prevention* associa o "bem-estar" às áreas da saúde e da psicologia, em consonância com a sua missão institucional, e reconhece outras vertentes do bem-estar, como o "bem-estar físico" ou "bem-estar económico". Noutras abordagens ainda, o uso isolado do conceito poderá restringir-se ao bem-estar subjetivo ou outro.

A diversidade de enquadramentos evidencia que "bem-estar" isoladamente é demasiado vago, sendo valorizado se acompanhado por uma caracterização adicional. É, pois, no nosso entendimento, essencial diferenciar conceitos como os de bem-estar geral/multidimensional/global, de outras dimensões do bem-estar, como o bem-estar subjetivo, bem-estar económico, bem-estar físico, entre outros.

Este parece ser o ponto de divergência entre estes dois conceitos. Ao contrário do que parece acontecer com o conceito de qualidade de vida, que nos remete quase que automaticamente para um conceito geral, uma qualidade de vida no seu todo, o conceito de bem-estar parece remeter-nos para um plano mais individual. Ao contrário do bem-estar, não parece fazer sentido falar-se de qualidade de vida psicológica ou qualidade de vida física. Assumir estas dimensões na sua forma unitária parece remeter-nos para o bem-estar.

Desta forma, quando nos referimos ao bem-estar geral/multidimensional/ global, este remete-nos essencialmente à mesma composição que a qualidade de vida geral, uma vez que ambos os casos tratam da mensuração das múltiplas dimensões que influenciam uma "boa vida" para as pessoas.

Assim, compreendemos que os conceitos de qualidade de vida e bem-estar geral se encontram próximos na sua função integradora, partilhando o objetivo de promover o progresso dos indivíduos e das

comunidades. Por outro lado, o bem-estar, quando definido em termos específicos (p.e., bem-estar emocional ou físico), remete para dimensões particulares da experiência humana.

Este resultado leva-nos a concluir que ambos os conceitos gerais, de qualidade de vida e bem-estar, em termos operacionais podem ser conceptualizados e mensurados de forma análoga: ambos são multidimensionais, dinâmicos e contextuais, integram dados objetivos e subjetivos, e aplicam-se tanto à escala individual como coletiva, tendo como finalidade última a promoção do progresso social.

Pretende-se, assim, operacionalizar o conceito de qualidade de vida em trabalhos futuros, reconhecendo a sua proximidade conceptual com o conceito de bem-estar. Esta opção é reforçada pelo facto de, em termos práticos, ser este o conceito adotado pelo Eurostat, entidade responsável pela coordenação da produção estatística europeia, o que assegura maior disponibilidade e comparabilidade de indicadores, inclusive em escalas territoriais mais reduzidas, como a escala municipal.

Importa ainda salientar que a qualidade de vida constitui um conceito central na abordagem a desafios territoriais contemporâneos, uma vez que permite integrar dimensões sociais, económicas e ambientais na análise do progresso coletivo. A sua operacionalização contribui para uma compreensão mais abrangente de fenómenos como as desigualdades sociais (Mauritti *et al.*, 2022), o desenvolvimento sustentável (Ligarski e Owczarek, 2024) ou o desenvolvimento digital (Xin *et al.*, 2025).

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo delimitar conceptualmente os conceitos de qualidade de vida e de bem-estar, de forma a fundamentar a escolha de um destes conceitos para orientar trabalhos futuros. Esta discussão é determinante para a definição do rumo da investigação, uma vez que o passo seguinte passa pela operacionalização destes constructos. A natureza dinâmica e culturalmente situada destes conceitos

reforça o seu carácter evolutivo, exigindo abordagens constantemente atualizadas.

Os indicadores têm sido reconhecidos como ferramentas fundamentais para caracterizar realidades sociais complexas, orientar a formulação de políticas públicas, monitorizar e comparar resultados e estimular o debate (Saisana, 2023; Hezri e Dovers, 2006). O desenvolvimento de indicadores implica um percurso conceptual e metodológico. Maggino (2023) descreve esse processo como uma sequência que vai do conceito às medidas, às sínteses e, por fim, à interpretação. De forma semelhante, Wong (2006) propõe quatro etapas metodológicas: consolidação conceptual, estruturação analítica, identificação de indicadores e criação de um índice.

A literatura sublinha, ainda, a importância de reconhecer a qualidade de vida como um conceito cultural e dinâmico, que não deve ser rigidamente cristalizado em definições estáticas. Os indicadores devem, portanto, ser periodicamente revistos para refletir mudanças históricas, sociais e culturais (Pereira *et al.*, 2012).

À luz deste enquadramento, os pontos apresentados anteriormente procuraram responder ao primeiro passo sugerido por Maggino (2023) para o desenvolvimento e construção de indicadores, ou seja, a identificação dos conceitos a medir e monitorizar (p. 3473). Os próximos capítulos deverão avançar para os passos seguintes descritos pela autora, nomeadamente, a definição dos domínios em que os conceitos são observados e monitorizados, e a seleção e construção dos indicadores adequados.

Neste contexto, e em linha com trabalhos semelhantes, propõe-se numa primeira fase a identificação de índices internacionais e nacionais relacionados com a qualidade de vida, e numa segunda fase a avaliação da disponibilidade de dados a nível local (Beltramo *et al.*, 2024, p. 8).

A realização deste trabalho permitiu ainda identificar que, dada a falta de consenso conceptual existente em torno dos conceitos de qualidade de vida e bem-estar, a utilização de qualquer um destes dois conceitos

deve iniciar sempre pela identificação explícita do conceito adotado, bem como com a clarificação da definição e do enquadramento teórico que o sustentam. Deve, igualmente, ser explicitada de forma clara a estrutura ou composição do conceito em utilização. A definição prévia da perspetiva e dos componentes assumidos contribui para evitar interpretações incorretas ou enviesadas dos resultados obtidos. Esta abordagem constitui, portanto, uma estratégia para mitigar a ambiguidade conceptual observada entre estes dois constructos.

Referências

Beltramo, Riccardo, Giovanni Peira, Giacomo Pasino, e Alessandro Bonadonna (2024), "Quality of life in rural areas: a set of indicators for improving wellbeing", *Sustainability*, 16 (5), 1804.

Brandt, Nicola, Carrie Exton, e Lara Fleischer (2022), "Well-being at the heart of policy: lessons from national initiatives around the OECD", *Basic Papers*, No. 01/2022, Forum for a New Economy, Berlim.

Chkoniya, Valentina (2023), "Subjective well-being and data science", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing.

Comissão Europeia (2024), *International Efforts on 'Beyond GDP'*, The Joint Research Centre: EU Science Hub.

Cummins, Robert (2005), "Moving from the quality of life concept to a theory", *Journal of Intellectual Disability Research*, 49 (10), pp. 699-706.

Diener, Ed, Eunkook Suh, e Shigehiro Oishi (1997), "Recent findings on subjective well-being", *Indian Journal of Clinical Psychology,* 24 (1), pp. 25-41.

European Commission: Eurostat (2017), *Final Report of the Expert Group on Quality of Life Indicators — 2017 edition*.

Galloway, Susan, David Bell, Christine Hamilton, e Adrienne Scullion (2006), *Well-Being and Quality of Life. Measuring the Benefits of Culture and Sport — — a Literature Review and Thinkpiece*, Edimburgo.

Gasper, Des (2007), "Human well-being: concepts and conceptualizations", *Human Well-Being*, Londres, Palgrave Macmillan UK, pp. 23-64.

Gasper, Des (2010), "Understanding the diversity of conceptions of well-being and quality of life", *The Journal of Socio-Economics*, 39 (3), pp. 351-360.

Glatzer, Wolfgang (2015), "Monitoring and analyzing quality of life — an introduction", em Wolfgang Glatzer *et al.* (orgs.), *Global Handbook of Quality of Life*, Dordrecht, Springer Netherlands, pp. 1-11.

Hagerty, Michael R., Robert A. Cummins, Abbott L. Ferris, Kenneth Land, Alex C. Michalos, Mark Peterson, Andrew Sharpe, Joseph Sirgy, e Joachim Vogel (2001), "Quality of life indexes for national policy: review and agenda for research", *Social Indicators Research*, 55 (1), pp. 1-96.

Hezri, Adnan, e Stephen Dovers (2006), "Sustainability indicators, policy and governance: issues for ecological economics", *Ecological Economics*, 60 (1), pp. 86-99.

Hincks, Stephen (2023), "Contextual indicators", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing, pp. 1391-1393.

Holmes, Christopher, e Agnieszka Widuto (2025), "Can the EU move 'beyond GDP'?", *Journal of Common Market Studies*, pp. 1-20.

INE (2017), *Índice de Bem-Estar*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indbemestar&xlang=pt

Jayawickreme, Eranda, Marie Forgeard, e Martin Seligman, (2012), "The engine of well-being", *Review of General Psychology*, 16 (4), pp. 327-342.

Kennedy, Robert (1968), "Remarks at the University of Kansas, March 18, 1968".

Lee, Matthew, Laura Kubzansky, e Tyler VanderWeele (2021), "Introduction", em Matthew T. Lee, Laura D. Kubzansky e Tyler J. VanderWeele (orgs.), *Measuring Well-Being*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 1-25.

Lefebvre, Henri (1991), *The Production of Space*, Cambridge, Blackwell.

Liao, Pei-Shan (2023), "Perceived quality of life", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing.

Ligarski, Mariusz, e Owczarek, Tomasz (2024), "Preparing quality of life surveys versus using information for sustainable development: the example of Polish cities", *Social Indicators Research*, 173 (3), pp. 765-782.

Lin, Eden (2022), "Well-being, part 1: the concept of well-being", *Philosophy Compass*, 17 (2).

Long-Meek, Elizabeth, Greta Asay, e Michael Cope (2025), "Clarifying community concepts: a review of community attachment, community satisfaction, and quality of life", *Societies*, 15 (8), 216.

Maggino, Filomena (2023), "Indicator development and construction", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing, pp. 3473-3480.

Massey, Doreen (2005), *For Space*, Londres, Sage Publications.
Mauritti, Rosário, Daniela Craveiro, Luís Cabrita, Maria Botelho, Nuno Nunes, e Sara Silva (2022), *Territórios de Bem-Estar. Assimetrias nos Municípios Portugueses*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
Nações Unidas (2024), *Pact for the Future*. https://www.un.org/pact-for-the-future/en
O'Connor, Kelsey (2024), "Measuring societal progress", em *Encyclopedia of Happiness, Quality of Life and Subjective Wellbeing*, Elgar Encyclopedias in the Social Sciences, pp. 337-346.
OCDE (2011), *How's Life? Measuring Well-Being*, Paris, OECD Publishing.
OCDE (2024), *How's Life? 2024*, Paris, OECD Publishing.
ONU (2015), *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.
Parlamento Europeu (2023), *Beyond Growth 2023 Conference*.
Pereira, Érico, Clarrisa Teixeira, e Anderlei Santos (2012), "Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação", *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 26 (2), pp. 241-250.
Rodrigues, José, Carla Borrego, Paula Ruivo, Pedro Sobreiro, David Catela, José Amendoeira, e Rui Matos (2020), "Conceptual framework for the research on quality of life", *Sustainability*, 12 (12), 4911.
Rojas, Mariano (2023), "Quality of life, conceptualization", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing.
Saisana, Michaela (2023), "Composite indicator(s)", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing, pp. 1274-1279.
Santacreu, Marta, e Rocío Fernández-Ballesteros (2023), "Quality of life, looking for a definition", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing.
Schuessler, Karl, e Gene Fisher (1985), "Quality of life research and sociology", *Annual Review of Sociology,* 11, pp. 129-149.
Sen, Amartya (1999), *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press.
Sollis, Kate, Mandy Yap, Paul Campbell, e Nicholas Biddle (2022), "Conceptualisations of wellbeing and quality of life: a systematic review of participatory studies", *World Development*, 160.
Stiglitz, Joseph, Jean-Paul Fitoussi, e Martine Durand (2018a), *Beyond GDP: Measuring What Counts for Economic and Social Performance*, Paris, OECD Publishing.
Stiglitz, Joseph, Jean-Paul Fitoussi, e Martine Durand (orgs.) (2018b), *For Good Measure*, Paris, OECD Publishing.

Stiglitz, Joseph, Amartya Sen, e Jean-Paul Fitoussi (2009), *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*.

Storey, David (2020), "Territory and territoriality: retrospect and prospect", em David Storey (org.), *A Research Agenda for Territory and Territoriality*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 1-24.

União Europeia (2016), "Tratado da União Europeia (versão consolidada)", *Jornal Oficial da União Europeia*.

Upton, Dominic, e Penney Upton (2015), "Quality of life and well-being", em *Psychology of Wounds and Wound Care in Clinical Practice*, Cham, Springer International Publishing, pp. 85-111.

Veenhoven, Ruut (2023a), "Individual quality of life", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research,* Cham, Springer International Publishing.

Veenhoven, Ruut (2023b), "Quality of life (QOL), an overview", em Filomena Maggino (org.), *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, Cham, Springer International Publishing.

Veenhoven, Ruut (2013), "The four qualities of life: ordering concepts and measures of the good life", em Antonella Delle Fave (org.), *The Exploration of Happiness. Present and Future Perspectives*, Dordrecht, Springer, pp. 195-226.

Veenhoven, Ruut (2009), "Well-being in nations and well-being of nations", *Social Indicators Research*, 91 (1), pp. 5-21.

Walther, Cornelia (2024), "Introduction", em Cornelia C. Walther (org.), *Handbook of Quality of Life and Social Change*, Cham, Springer International Publishing.

Wong, Cecilia (2006), *Indicators for Urban and Regional Planning: The Interplay of Policy and Methods*, London, Routledge.

World Health Organization (2021), *Health Promotion Glossary of Terms 2021*, Geneva.

World Health Organization (2012), *WHOQOL: Measuring Quality of Life*, Geneva.

Xin, Yang, Hu Weina, e Deng Yan (2025), "Digital literacy impacts quality of life among older adults through hierarchical mediating mechanisms", *Scientific Reports*, 15 (1).

Zhang, Wei, Kieran Balloo, Anesa Hosein, e Emma Medland (2024), "A scoping review of well-being measures: conceptualisation and scales for overall well-being", *BMC Psychology*, 12 (1), 585.